SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Telesíntese

Bens polêmicos

"O regime jurídico dos serviços de telecomunicações e a reversibilidade dos bens sob a perspectiva do garantismo dos direitos dos usuários" é o tema da Audiência Pública que acontece nesta terça-feira, dia 20, em Brasília. O Instituto Telecom participa como palestrante e representante da sociedade civil, a convite da Comissão Especial da Lei Geral de Telecomunicações. Participam também representantes da Anatel, do Ministério das Comunicações e do SindiTelebrasil (empresários).

No Brasil, um serviço de telecomunicações pode ser prestado exclusivamente em regime privado, exclusivamente em regime público, ou ao mesmo tempo nos dois regimes.

O artigo 64 da Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, afirma que estarão no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a União comprometa-se a assegurar prestando o serviço diretamente ou por meio de concessão a uma empresa privada. É o que ocorre com a Oi, Vivo/Telefônica e Claro/Embratel. No entanto, o mesmo artigo, em seu Parágrafo Único, estabelece que apenas a telefonia fixa será prestada em regime público.

Com a aprovação da Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, o acesso à internet passou a ser considerado essencial ao exercício da cidadania, indo ao encontro do artigo 65, parágrafo 1º da LGT. Este determina que se um serviço é considerado essencial não pode ser prestado única e exclusivamente em regime privado. Ou seja, não pode ter as regras definidas apenas pelos empresários.

Estabelecida a contradição entre o determinado pela LGT em 1997, portanto em outro cenário, e o que 17 anos depois diz o Marco Civil da Internet, fica clara a necessidade de revisão e atualização da LGT, colocando o serviço de banda larga, por ser essencial, em regime público.

É evidente que a leitura das concessionárias é contrária ao que defendemos. Para elas, a banda larga deve continuar sendo prestada unicamente em regime privado. Não querem de maneira nenhuma que os equipamentos e a infraestrutura indispensáveis à continuidade e modernização do serviço sejam reversíveis, com metas de universalização, qualidade, continuidade.

O Instituto Telecom defende, e dirá isso na Audiência Pública, que o princípio da continuidade e a essencialidade do serviço de banda larga justificam a reversão dos bens da concessionária para o poder concedente (Estado) ao término da concessão.

Essa, com certeza, será uma das grandes polêmicas da Audiência Pública.

20/10/2015 - Instituto Telecom

Projetos de redes no valor de R$ 1,1 bilhão são aprovados no REPNBL

O Ministério das Comunicações aprovou projetos no valor total de R$ 1,1 bilhão para construção de redes, com as isenções previstas no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL). O maior desembolso virá da TIM, que aplicará R$ 950 milhões em redes de acesso móvel e sistemas de comunicação por satélite em todos os estados do País.

A Claro teve projetos aprovados no valor R$ 181 milhões para redes de transporte ótico e sistema de comunicação para satélites na Paraíba. E a Oi, investirá mais R$ 4,1 milhões em rede de transporte ótico no Paraná. Outros R$ 1,5 milhão serão aplicados pela TPA Telecomunicações em rede de acesso ótico em Santa Catarina.

Os projetos aprovados foram publicados na edição desta segunda-feira, 19, do Diário Oficial da União. As propostas da TIM são as primeiras aprovadas com os benefícios do REPNBL.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - Instituto Telecom

Teles esperam um 2016 menos difícil

Todas as operadoras se prepararam para um 2015 difícil, mas a conjuntura revelou-se mais adversa do que esperavam. "Sabíamos que a conjuntura macroeconômica seria adversa, mas o cenário acabou mais complicado do que as projeções", comenta Rodrigo Abreu, presidente da TIM. Em relação a 2016, a posição dos executivos de operadoras é de cautela. Mas da mesma forma que a crise avançou mais rápido do que se esperava, Jason Inácio, diretor de Escritório de Transformação da Oi, acha que é possível que o país também saia mais depressa da crise. De qualquer forma, trabalham com um cenário econômico de dificuldades para 2016, mas um pouco mais ameno do que o de 2015. Tanto TIM como Vivo já anunciaram que vão manter os investimentos programados. No caso da TIM, R$ 14 bilhões no triênio 2015/2017; no da Vivo, R$ 25 bilhões no mesmo período 2015/2017

Na avaliação de Rodrigo Abreu, o que mais impacta negativamente o setor é a inflação, ao redor de 10% no ano, porque tanto afeta os custos quanto as receitas, com a redução do consumo. Entre os custos diretamente afetados, está o de pessoal, já que os reajustes salariais sempre compensam a inflação e costumam embutir algum ganho. Enquanto a TIM preferiu não mexer em pessoal, Vivo e Oi fizeram ao longo deste ano enxugamento de suas estruturas. As demissões foram de cerca de 2,4 mil empregados na Vivo e mais de 1, 2 mil na Oi.

"Já há um certo consenso entre analistas e economistas que a inflação em 2016 vai refluir", diz Abreu, ao explicar porque acredita que no ano que vem será difícil, mas um pouco menos do que este ano. As outras variáveis – crescimento e apreciação do dólar – tem menos impacto no setor. O crescimento do PIB (que será negativo) influi menos, segundo Abreu, porque comunicação se tornou um bem essencial. "Se é para cortar no consumo, as pessoas preferem deixar de ir ao cinema do que cortar o celular. Podem gastar menos, mas não cortam", diz.

A elevação do dólar tem impacto, pois parte dos equipamentos de rede e os aparelhos são importados. Mas o movimento de produção local, estimulado por políticas governamentais dos últimos anos, de certa forma protegeu um pouco a indústria. E o aumento dos aparelhos é repassado para o consumidor. "No nosso caso esse item significa 2% da receita", diz Alberto Horcajo, vice-presidente financeiro da Vivo. "O impacto não é relevante". Nas despesas operacionais como um todo, o impacto do câmbio foi de 7%.

A escalada dos juros também não tem tanto impacto quanto a inflação. Boa parte das dívidas das operadoras é em moeda forte e está bem protegida, alegam os executivos. "O impacto é sobre a parte da dívida contratada no Brasil, pois comparados com os juros daqui alguns juros da Europa são miseráveis", compra Inácio, da Oi. Já a TIM é uma das que está melhor posicionada em relação ao endividamento, na faixa de 0,5 do Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, amortizações e depreciações). "Do ponto de vista da gestão da dívida hoje temos alguma flexibilidade, o que nos permitiu fazer uma proteção em dólar", relata Rodrigo Abreu, presidente da companhia.

Controle de custos

A explosão do preço da energia pesou muito nos custos das operadoras. Horcajo revela que, do final de 2014 até setembro deste ano, a elevação foi de 54%. Para enfrentar o aumento, a companhia adotou medidas de substituição de infraestrutura de rede tanto fixa como móvel para conseguir maior eficiência energética, e otimizou o uso de recursos de rádio onde tem menos atividade durante a madrugada. "Tivemos economia, mas nada que compense o peso dos aumentos", informa.

Também na Oi o consumo de energia mereceu uma política especial de economia dentro das atividades do chamado Escritório de Transformação. Do desligamento do ar condicionado e luzes nos escritórios, a partir das 19 horas, à revisão dos processos de relação com as companhias elétricas, passando por um conjunto de esforços, como o desligamento de 150 servidores que tinham baixa utilização. "Conseguimos reduzir em 10% o consumo", revela Inácio. Já a TIM recorreu, entre outras medidas, aos biosites – a antena é instada dentro de um poste –, que consomem menos energia, além de exigir um espaço de implantação muito menor (economia de aluguel do terreno). Os biosites já estão instalados em 19 cidades. Foram desenvolvidos para reforçar a cobertura de rede, mas acabaram ajudando a economizar energia.

Na Oi, as medidas de redução dos custos de energia não são isoladas. Fazem parte de um processo iniciado em setembro do ano passado de revisão de todos os processos da empresa para a companhia conseguir maior produtividade e eficiência operacional. "O Escritório tem uma atuação forte na linha dos custos. Fazemos uma reunião semanal com representantes de todas as áreas onde analisamos as despesas propostas, avaliamos o que faz sentido, o resultado que vai ter. Vamos sair da crise com a empresa mais preparada para o futuro", diz Inácio. O Escritório começou com 130 atividades e hoje já são 400.

Também na TIM a decisão de revisitar todos os processos da companhia, avaliar os serviços prestados por terceiros e o que merecia continuar fora ou deveria ser desenvolvido pela própria companhia, começou bem antes da crise. Dessa revisão fazem parte também as políticas relacionadas à tecnologia da informação. Há três anos, por exemplo, a companhia começou o processo de virtualização do data center. "Hoje 70% dos nossos servidores são virtualizados", conta Abreu.

Inadimplência

Tanto a Oi como a TIM registraram um pequeno aumento da inadimplência, mas segundo seus executivos o impacto foi pequeno. "As receitas com assinantes continuaram crescendo, mas a receita global foi impactada pela redução da taxa de interconexão, o que já era previsto", diz Abreu, da TIM. Inácio, da Oi, também comenta que o efeito da inadimplência foi marginal das receitas da companhia, que procurou se proteger focando em clientes de maior valor.

Já na Vivo, nos dois primeiros trimestres, a inadimplência teve impacto mais expressivo, de acordo com Alberto Horcajo. Historicamente em 2% das receitas, a inadimplência subiu para quase 2,5%. Para trazer a inadimplência para o patamar anterior, a empresa adotou medidas mais restritivas de crédito e também decidiu focar mais em clientes de maior valor do que no aumento da base. A expectativa de Horcajo é que os resultados já comecem a aparecer nos números do terceiro trimestre, ainda não divulgados.

Para 2016, Horcajo diz que a empresa planeja uma série de medidas de simplificação, unificação e melhoria de processos internos para avançar nos ganhos de eficiência e produtividade. Sua expectativa é de que a base cresça, no ano que vem, a metade da taxa de expansão que vem registrando, "mas com aumento do resultado".

20/10/2015 - Instituto Telecom

Governo Federal corta pela metade os gastos com telefonia móvel

O Ministério do Planejamento anunciou nesta segunda-feira, 19, que o governo federal conseguiu economizar R$ 66,6 milhões com a redução de despesas de custeio administrativo com telefonia em 2015. O valor corresponde à diferença de gastos obtida na comparação entre janeiro e agosto de 2014, que somou R$ 129,7 milhões, e o valor deste ano, que foi de R$ 63,1 milhões no mesmo período de comparação.

"Este é um importante reflexo do esforço que o governo federal tem feito para reduzir gastos, aumentar a eficiência e combater o desperdício na administração pública", disse o secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Cristiano Heckert. Para ele, um dos prováveis motivos para a diminuição dos custos foram as contratações conjuntas de telefonia realizadas em 2014.

Dando continuidade às ações da reforma administrativa para racionalização e redução dos gastos dos órgãos e das entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional, foi publicado esta semana o Decreto nº 8.540, que estabelece novas regras para a utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos como telefonia fixa.

Pela nova norma, os ministros somente poderão gastar R$ 500 com as contas mensais da telefonia móvel, tablets e minimodems. Para funcionários menos graduados, o limite é de R$ 150 mensais.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/10/2015 - CUT

Tudo é mercadoria no Santander

Em nota, CUT repudia uso da imagem sexualizada da mulher em publicidade

A Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT vem a público repudiar veementemente o uso da imagem sexualizada da mulher como forma de atrair novos clientes ao banco.

Este banco agride sistematicamente à saúde física e mental das trabalhadoras e trabalhadores, através da imposição de metas de produtividade, e de várias formas de pressão, tem também um largo histórico de práticas anti-sindicais, tentando sempre dificultar as ações do sindicato na defesa dos direitos, da vida e da dignidade das trabalhadoras e trabalhadores.

Para esse banco, tudo é tratado como mercadoria, para gerar mais e mais lucros. Além de toda essa agressão, o banco agora veicula peças publicitárias onde exibe uma imagem sexualizada do corpo feminino como atrativo para seus clientes, tratando-o como mais uma de suas mercadorias a disposição do capital.

Repudiamos o uso desse tipo propaganda, que reduz o corpo humano à condição de mercadoria e exigimos que sejam retiradas de imediato toda a publicidade que ofende toda a categoria, ao tentar relacionar a atividade profissional bancária à sexualidade.

A CUT se solidariza com a categoria na luta pelo respeito à dignidade das mulheres.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/10/2015 - VERMELHO

A cada R$ 1 do Bolsa Família, R$ 1,78 retorna para a economia

"Desinformação leva ao preconceito contra Bolsa Família", diz a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Segundo ela, a falta de informação leva as pessoas a repetirem ideias preconceituosas contra o programa e os que recebem o benefício. Apesar disso, o Bolsa Família completa 12 anos com um saldo de avanços significativos para o Brasil.

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, enfatiza que preconceito leva à desinformaçãoMinistra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, enfatiza que preconceito leva à desinformação Mas em tempos de ódio e intolerância, o programa de distribuição de renda que se tornou um exemplo para o mundo, é também alvo de ataques sistemáticos da direita conservadora.

"O que preocupa a todos nós que vimos o que o Bolsa Família fez pelo país é que tem muita gente que continua atacando o programa e a população pobre, gente que acha que a pessoa é pobre porque é vagabunda. As pessoas são pobres muitas vezes trabalhando muito, muito mais que todos nós, porque não tiveram acesso a um conjunto de serviços, à educação, não puderam se qualificar, muitas vezes plantam e não conseguem colher por causa dessa seca terrível que estamos vivendo. Então, as pessoas têm o apoio no Bolsa Família, é uma complementação", disse a ministra.

Ela citou como exemplo o preconceito contra os nordestinos e a reprodução de discursos como dizer que "as famílias vão ter mais filhos para continuar ganhando o benefício". "No Nordeste, entre a população mais pobre foi onde mais caiu a natalidade. A taxa de natalidade caiu 10% no Brasil, no Nordeste caiu 26%. Não só não é verdade que as famílias têm tido mais filhos, como é verdade que elas têm reduzido o número de filhos. Mas as pessoas continuam reproduzindo [o preconceito]."

Para a secretária nacional de Assistência Social, Ieda Castro, é necessário enfrentar a falta de informação e o preconceito contra o programa de transferência de renda. "É um direito da pessoa receber uma transferência de renda. Ele não substitui a renda do trabalho, apenas complementa. As pessoas não estão deixando de trabalhar por conta disso", frisou Ieda.

Em doze anos de programa, o Bolsa Família mostra que existem falhas, no entanto, são muito poucas e incomparáveis com os de benefícios que traz à população e ao estado.

Um exemplo disso é Maria Valquíria, moradora do Varjão, no Distrito Federal, uma das beneficiárias do programa, que aponta as mudanças que o programa trouxe para seu cotidiano. "A minha vida era outra antes do Bolsa Família. Meus filhos iam à escola e dividiam o caderno, porque eu não tinha condições de comprar mais de um", lembra. "Hoje, saímos do nosso barraco de madeirite, vivemos em uma casa de alvenaria, tenho todos eles criados e educados e uma condição de vida bem melhor", explica. Sobre a participação no documentário, ela sorri, envergonhada: "As pessoas fazem questão de criticar o governo quando alguma coisa não vai bem. Na hora de elogiar as coisas que funcionam, todo mundo pula fora. Por isso fiz questão de atender a equipe. Acho importante mostrar para todo mundo que o Bolsa Família muda a vida das pessoas".

Conquistas

Instituído em 2003, o Bolsa Família contribui para a superação da pobreza com a complementação da renda de famílias e acompanha, nas áreas de Saúde e Educação, as crianças, os adolescentes e as mulheres grávidas que recebem o benefício.

Entre os benefícios que o programa trouxe, de acordo com a ministra Tereza Campello, estão a redução da fome, da pobreza, da mortalidade infantil, do trabalho infantil e da evasão escolar. Atualmente, são atendidas cerca de 14 milhões de famílias em todo o país.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/271653-1